

## Rivania Selma de Campos Ferreira

**De:** Sen. Rodrigo Pacheco  
**Enviado em:** segunda-feira, 19 de junho de 2023 10:03  
**Para:** Rivania Selma de Campos Ferreira  
**Assunto:** ENC: PLP 4/2022 - URGENTE  
**Anexos:** Pacheco\_PLP4.pdf

**De:** Katia Krainski Ribeiro [<mailto:kribeiro@curitiba.pr.gov.br>]  
**Enviada em:** sexta-feira, 16 de junho de 2023 14:07  
**Para:** Sen. Rodrigo Pacheco <[sen.rodrigopacheco@senado.leg.br](mailto:sen.rodrigopacheco@senado.leg.br)>  
**Cc:** Sen. Cid Gomes <[sen.cidgomes@senado.leg.br](mailto:sen.cidgomes@senado.leg.br)>; Sen. Davi Alcolumbre <[sen.davialcolumbre@senado.leg.br](mailto:sen.davialcolumbre@senado.leg.br)>; Sen. Eduardo Braga <[sen.eduardobraga@senado.leg.br](mailto:sen.eduardobraga@senado.leg.br)>; Sen. Flávio Arns <[sen.flavioarns@senado.leg.br](mailto:sen.flavioarns@senado.leg.br)>; Sen. Jaques Wagner <[sen.jaqueswagner@senado.leg.br](mailto:sen.jaqueswagner@senado.leg.br)>; Sen. Oriovisto Guimarães <[sen.oriovistoguimaraes@senado.leg.br](mailto:sen.oriovistoguimaraes@senado.leg.br)>; Sen. Plínio Valério <[sen.pliniovalerio@senado.leg.br](mailto:sen.pliniovalerio@senado.leg.br)>; Sen. Sergio Moro <[sen.sergiomoro@senado.leg.br](mailto:sen.sergiomoro@senado.leg.br)>; Sen. Augusta Brito <[sen.augustabrito@senado.leg.br](mailto:sen.augustabrito@senado.leg.br)>; Sen. Damares Alves <[sen.damaresalves@senado.leg.br](mailto:sen.damaresalves@senado.leg.br)>; Sen. Jorge Kajuru <[sen.jorgekajuru@senado.leg.br](mailto:sen.jorgekajuru@senado.leg.br)>  
**Assunto:** PLP 4/2022 - URGENTE

You don't often get email from [kribeiro@curitiba.pr.gov.br](mailto:kribeiro@curitiba.pr.gov.br). [Learn why this is important](#)

Boa tarde,

Gostaria de obter informações sobre o andamento do PLP 4 de 2022. Soube que ele está aguardando do relator.

Pedimos a gentileza de nos informar sobre o PL 4/22 acima se vai ser colocado em votação pelas comissões. Quase 50.000 pessoas/servidores se manifestaram sobre o assunto e não vimos ainda previsão na CCJ e CAS.

Somente foram abrangidos até agora, os servidores da **saúde e da segurança pública**.

Várias moções em apoio ao projeto foram enviadas, por diversas federações, sindicatos, câmaras municipais e federais.

Pedimos urgência e a sensibilização de V. Exa. no sentido de pautar e dar andamento ao projeto, pois irá beneficiar milhares de servidores que estão para se aposentar e tiveram seus quinquênios e demais benefícios suspensos (583 dias).

### **Ementa:**

*Altera a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus Sarscov-2 (Covid-19), para permitir a incorporação aos vencimentos dos servidores públicos de benefícios associados ao tempo de serviço exercido entre 27 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021.*

*PLC 4/22: "Por esses motivos, como mencionei anteriormente, proponho que o tempo de serviço entre a publicação da Lei Complementar nº 173, 27 de maio de 2020, e 31 de dezembro de 2021, volte a ser computado para todos os servidores para fins de aquisição de anuênios, triênios, quinquênios e benefícios similares"*

**21/12/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal**  
**Ação:**  
**A proposição continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno.**

Atenciosamente



## **Katia Krainski Ribeiro**

Contadora

Secretaria Municipal de Planejamento,  
Finanças e Orçamento

(41) 3350-8063

Av. Cândido de Abreu, 817

Centro Cívico | (41) 3350-8484

**[www.curitiba.pr.gov.br](http://www.curitiba.pr.gov.br)**

# PLP 4/22: ANFIP e entidades reivindicam ao presidente do Senado aprovação do projeto

20 de setembro de 2022



O vice-presidente de Finanças da ANFIP, Jorge Cezar Costa, junto às entidades representativas de servidores, solicitou nesta terça-feira (20/9), em audiência pública coletiva, apoio do presidente da

República em exercício, senador Rodrigo Pacheco, ao PLP 4/22. O projeto, de autoria do senador Alexandre Silveira (PSD/MG), também presente à reunião, propõe que o tempo de serviço entre 27 de maio de 2020, data da publicação da **Lei Complementar 173**, e 31 de dezembro de 2021 volte a ser computado para todos os servidores.

A Lei Complementar 173/20 permitiu que estados e municípios recebessem recursos federais para o combate à pandemia, tendo como contrapartida restrições ao aumento de despesas, o que acarretou na limitação à contratação de pessoal, proibição de reajustes e na suspensão da contagem de tempo de serviço para alguns fins, como para a aquisição de anuênios, triênios, quinquênios e benefícios similares.

Rodrigo Pacheco mostrou-se receptivo e declarou que em 48 horas vai designar um relator para o PLP 4/22, por entender que o pleito é justo e que os servidores, em 2020, durante o período mais crítico da pandemia, deram o que chamou de “um passo atrás” para que as medidas emergenciais fossem aprovadas. “Os servidores públicos não são um problema nacional e sim a solução”, disse Pacheco, ao considerar que, agora, o momento é oportuno para aprovar o PLP.

Para subsidiar a tramitação da matéria, o senador solicitou, especialmente às entidades do fisco, informações sobre os impactos financeiros que essa alteração poderá causar no orçamento, a fim de que o relator tenha dados técnicos para embasar o seu parecer.

É importante destacar que o Senado Federal já aprovou o PLP 150/20, atual Lei Complementar 191/22, que permite que servidores públicos civis e militares da saúde e da segurança pública contem o período de maio de 2020 a dezembro de 2021 para aquisição de direitos relacionados ao tempo de serviço. O texto teve o senador Alexandre Silveira como relator.

